

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.390 - SC (2019/0277121-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : N R
ADVOGADO : ADRIANA BAUERNFEIND - SC036487
AGRAVADO : V DE N
ADVOGADO : HUMBERTO EMMANUEL REYES ZANOTTI - SC032215

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA PAGA A EX-CÔNJUGE. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. QUESTÕES CONTROVERTIDAS QUE FORAM SOLUCIONADAS COM BASE NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Na origem, V. D. ingressou com ação de exoneração de alimentos em desfavor de N. R., sustentando, em síntese, ter com ela convivido em união estável e que, quando de sua dissolução, pactuou o pagamento de pensão alimentícia em seu favor no importe de 2,5 salários mínimos mensais. Alegou, no entanto, que a requerida passou a exercer atividade laboral remunerada, tendo iniciado, ainda, relacionamento estável, de modo que não mais faria jus aos alimentos. Finalizou requerendo, em sede de tutela de urgência e ao final, a exoneração da obrigação alimentar ou sua redução ao percentual de 30% do salário mínimo.

Julgado improcedente o pedido em primeiro grau, o autor apelou, tendo sido o recurso provido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 454):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS AJUIZADA EM FACE DA EX-COMPANHEIRA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE EXONERAÇÃO DO PAGAMENTO DE VERBA ALIMENTAR EM BENEFÍCIO DA DEMANDADA. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR/ALIMENTANTE. PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA SOB O ARGUMENTO DE TER CESSADO A

OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EM RELAÇÃO À REQUERIDA, POR SER ESTA PESSOA JOVEM, ESTAR INSERIDA NO MERCADO DE TRABALHO E TER CONSTITUÍDO NOVA UNIÃO ESTÁVEL. SUBSISTÊNCIA. EXERCÍCIO DA ATIVIDADE LABORAL POR PARTE DA ALIMENTANDA. DIAGNÓSTICO DE DOENÇA RESPIRATÓRIA E HIPERTENSÃO QUE NÃO IMPORTA EM INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. ADEMAIS, COMPROVAÇÃO DE TER A EX-COMPANHEIRA CONSTITUÍDO NOVA UNIÃO ESTÁVEL. SITUAÇÃO QUE FAZ CESSAR A OBRIGAÇÃO ALIMENTÍCIA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1.708 DO CÓDIGO CIVIL. SEPARAÇÃO DE FATO HÁ APROXIMADAMENTE 6 (SEIS) ANOS. CIRCUNSTÂNCIAS QUE AUTORIZAM A PRETENSÃO EXONERATÓRIA. PRECEDENTE DO STJ NO MESMO SENTIDO. REFORMA DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Opostos embargos de declaração pela demandada, foram rejeitados.

Irresignada, N. R. interpôs recurso especial, com fundamento em ambas as alíneas do permissivo constitucional, alegando, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 11, 350, 371, 373, II, 447, 489, § 1º, I, II, III, IV, V e VI, e 1.022, I e II, e parágrafo único, II, do CPC/2015; 110, 1.694 e 1.708 do CC; 1º, § 1º, da Lei n. 12.852/2013. Sustenta, em síntese: **a)** negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação; **b)** que no caso dos autos, é possível a interpretação dos alimentos como compensatórios, porque ficou evidenciada a sensível desvantagem patrimonial que sofreu no acordo de partilha dos bens quando da separação do casal; **c)** por se tratar de alimentos compensatórios (indenizatórios), o fato de a recorrente estar vivendo em união estável é irrelevante, uma vez que não decorrem do dever de solidariedade, próprio dos alimentos civis; e **d)** que a reserva mental subsiste se dela o destinatário tinha conhecimento. Na espécie, tanto a recorrente quanto o recorrido tinham conhecimento de que o acordo teria efeito vitalício, "a fim de compensar a participação desta na empresa De Nardi Alumínios Ltda., cujo capital social restou dividido em 90% ao Sr. V. D. e 10% permaneceu com o filho do casal L. D." (e-STJ, fl. 508).

Contra-arrazado, o recurso não foi admitido, ensejando a interposição do presente agravo, ao qual foi oferecida contraminuta.

Brevemente relatado, decido.

Conforme a jurisprudência deste Tribunal, o dever de prestar alimentos

entre ex-cônjuges ou companheiros é regra excepcional que desafia interpretação restritiva, ressalvadas as peculiaridades do caso concreto, tais como a impossibilidade de o beneficiário laborar ou eventual acometimento de doença incapacitante.

No caso, a recorrente afirmou ter preenchido tais requisitos, estando a sua tese defensiva, ora reproduzida em suas razões recursais, assentada nas seguintes premissas: **a)** ser possível a interpretação dos alimentos como compensatórios, porque ficou evidenciada a sensível desvantagem patrimonial que sofreu no acordo de partilha dos bens quando da separação do casal; **b)** por se tratar de alimentos compensatórios (indenizatórios), o fato de a recorrente estar vivendo em união estável é irrelevante, uma vez que não decorrem do dever de solidariedade, próprio dos alimentos civis; e **c)** que a reserva mental subsiste se dela o destinatário tinha conhecimento. Na espécie, tanto a recorrente quanto o recorrido tinham conhecimento de que o acordo teria efeito vitalício, "a fim de compensar a participação desta na empresa De Nardi Alumínios Ltda., cujo capital social restou dividido em 90% ao Sr. V. D. e 10% permaneceu com o filho do casal L. D." (e-STJ, fl. 508).

Essas questões foram enfrentadas pelo Tribunal estadual no julgamento da apelação do autor, tendo sido o recurso provido, para julgar procedente o pedido, aos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 459-468 - sem grifos no original):

Os alimentos fixados entre ex-cônjuges consubstanciam-se na expressão do princípio da solidariedade conjugal, que pode e deve perdurar como um dever, mesmo após a ruptura da vida em comum, sendo a obrigação de prestar alimentos decorrente do dever de mútua assistência assumido com a união, em consonância com o art. 1.566, III, do Código Civil, *in verbis*:

Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges:
(...).

III - mútua assistência;

(...).

Nesse aspecto, os parentes, cônjuges ou companheiros podem pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem, desde que não tenham condições de provê-los com seu trabalho ou seus bens.

Assim, se qualquer dos cônjuges vier a necessitar de alimentos, o outro fica obrigado a prestá-los se comprovado o binômio necessidade/possibilidade, nos termos do art. 1.694, *caput* e § 1º, do Código Civil, *in verbis*:

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver

de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º. Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

Dessa forma, "são devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento" (art. 1.695, Código Civil).

Sobre o tema, leciona Yussef Said Cahali, com transcrição do julgado do Superior Tribunal de Justiça:

(...).

Assim, mesmo com o fim do relacionamento conjugal subsiste o dever de assistência e solidariedade entre os cônjuges/companheiros. Todavia, os alimentos somente poderão ser fixados naquelas ocasiões em que demonstrada de forma cabal a necessidade daquele que a pleiteia, uma vez que esta não é presumida.

A ponderação acerca da fixação da obrigação alimentar deve estar fulcrada no aspecto essencial da necessidade do ex-cônjuge, relevando a dignidade da pessoa humana sobre qualquer outro aspecto legal.

Imperioso ressaltar, outrossim, a evolução da jurisprudência consentânea com as modificações substanciais da forma como ocorre a interação dos indivíduos no seio das famílias, sendo que, atualmente, o relacionamento familiar tem como base a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade civil e no âmbito conjugal.

Nesse sentido, o instituto dos alimentos entre ex-cônjuges sofreu inexorável "atualização" no âmbito judicial, detendo precípuo caráter transitório, mesmo quando assim não estiver explicitado no título que o instituiu.

Discorrendo acerca da dinâmica alimentar entre os ex-cônjuges, destaca-se do Superior Tribunal de Justiça:

(...).

Na hipótese em exame, infere-se dos autos ter o Magistrado Singular julgado improcedente o pedido de exoneração formulado pelo requerente.

O requerente/apelante, por sua vez, requer, em suas razões recursais, a reforma da sentença no sentido de que seja exonerado do encargo alimentar, por ser a requerida pessoa jovem, encontrar-se inserida no mercado de trabalho e estar convivendo, atualmente, com novo companheiro.

Pois bem.

In casu, extrai-se terem os litigantes convivido em união estável por aproximadamente 21 (vinte e um) anos (fls. 325 e 69/70), período em que a requerida auxiliava o requerente na atividade empresarial explorada pela família, considerando-se dissolvida a união em 17/07/2013 (autos n. 079.13.003406-0), consoante se infere do termo de audiência juntado aos autos (fls. 69/70).

(...).

O autor assevera que os alimentos a que se referiram as partes no acordo judicial da dissolução de união estável tratavam-se de

alimentos naturais e civis, fixados para manter provisoriamente a ex-companheira, enquanto necessitasse.

Alega que a requerida recebeu por 2 (dois) anos o valor da pensão fixada (2,5 - dois e meio salários mínimos), tendo esta, atualmente, iniciado nova união estável com A. C. da S. Aduz, por conseguinte, encontrar-se a demandada inserida no mercado de trabalho, eis que plenamente apta e saudável, de modo que não mais necessita dos alimentos para manter sua subsistência.

No caso dos autos, denota-se que a demandada encontra-se, desde o momento da separação de fato, inserida no mercado de trabalho, mantendo vínculo empregatício com a loja "L." (fl. 230 e fl. 226, *in média* - Depoimento pessoal de N. R.).

Apesar de ter comprovado ser acometida de doença respiratória (asma - fl. 179), bem como de hipertensão (fls. 181/184), tais patologias não a incapacitam para realizar suas funções laborativas como vendedora.

De outra parte, no que tange à alegação de ter a demandada iniciado nova união estável, deduz-se ser esta fidedigna, em razão de que, em termo de depoimento prestado na Delegacia de Polícia Civil de Videira, seu atual companheiro, A. C. da S. confirmou determinada circunstância, nos seguintes termos:

No dia 20 de junho de 2016, nesta Delegacia de proteção a Criança, Adolescente, Mulher e Idoso - Videira, presente o Delegado de Polícia, V. X., comigo E. C. R. Z., ao final assinado, compareceu A. C. da S., acima qualificado. Advertido das penas cominadas ao falso testemunho, aos costumes, disse nada, sendo compromissado na forma da Lei. Inquirido, às perguntas, respondeu: 'Sou o atual companheiro de N. R. E quanto aos fatos investigados esclareço que vi quando V. D. ameaçou N. no mês de outubro do ano passado. Na data dos fatos eu estava jantando na casa de N., quando em dado momento V. bateu na porta [...].

Corroborando o alegado, a requerida, em audiência realizada na data de 15/08/2017, por ocasião de seu depoimento pessoal (fl. 226, *in média* - Depoimento pessoal de N. R.), respondeu às perguntas feitas pelo Magistrado e confirmou o fato sustentado, de modo que não restam dúvidas acerca da constituição de nova união com A. C. da S., *in verbis*:

Magistrado: A senhora mora, hoje, na residência que era do casal, correto?

N. R: Sim, eu fiquei na casa.

Magistrado: A senhora não tem despesas com aluguel, por enquanto.

N. R: Não, de aluguel, não.

Magistrado: A senhora vive com alguém ali?

N. R: Sim, eu tenho o meu namorado.

[...] Magistrado: Ele mora com a senhora, esse seu namorado?

N. R: Aham, ele foi morar comigo [...].

Magistrado: Quanto tempo que a senhora está com ele?

N. R: Um ano e meio, mais ou menos.

[...] Magistrado: Qual o nome dele, por gentileza?

N. R: A.

Assim sendo, destaca-se, de acordo com a norma descrita no artigo 1.708, do Código Civil, que o alimentado que contrai novas núpcias ou que assume nova união está a exonerar seu ex-cônjuge/ex-companheiro da obrigação de solidariedade proveniente do antigo vínculo, *in verbis*:

Art. 1.708. Com o casamento, a união estável ou o concubinato do credor, cessa o dever de prestar alimentos.

Dessa forma, consoante disposto no artigo supracitado, a criação de novo vínculo de solidariedade familiar representa, igualmente, o encerramento do antigo círculo de interdependência.

(...).

Por fim, imperioso consignar ser inviável o reconhecimento da natureza compensatória da obrigação havida entre as partes.

Isso porque inexistente qualquer prova no caderno processual de ter sido a obrigação alimentar determinada a fim de ajustar o desequilíbrio econômico quanto à partilha de bens, haja vista constar do termo de audiência em que se delineou o acordo (Autos n. 079.13.003406-0, fls. 69/70) somente o ajuste - genérico - de pagamento de pensão alimentícia em favor da apelada, nada se declarando acerca do caráter indenizatório/compensatório dos alimentos. Note-se trecho do referido termo, *verbis*:

1) DOS BENS: O requerido ficará com 90% do capital social da empresa [...], ficando os 10% restantes com o filho L., conforme contrato social acostado aos autos. O réu assume o compromisso de arcar com as dívidas em nome da empresa. A casa individualizada à fl. 05 será vendida e o produto da venda repartido na proporção de 50% para cada uma das partes. A venda dar-se-á pelo valor de mercado após avaliação feita por corretor de imóveis, contactado por ambas as partes, salvo consenso entre as partes acerca da venda por valor abaixo do valor de mercado. Quando da avaliação deverá ser descontado o valor do terreno no qual se encontra edificada a casa, pois este pertence ao pai do requerido. Até a venda da casa, a autora continuará residindo no imóvel. O requerido pagará à autora o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até o dia 17/09/2013, mediante depósito bancário.

[...]

3) DOS ALIMENTOS: [...] O requerido pagará à autora o valor de 2,5 (dois e meio) salários mínimos nacionais, vigentes quando da data do pagamento, até o dia 20 de cada mês, vencendo-se a primeira parcela no dia 20/08/2013, mediante depósito em conta bancária a ser informada.

Constata-se, à vista disso, não restar evidenciada natureza específica da prestação alimentícia a concretizar estar-se pactuando obrigação de ordem compensatória.

Nesse viés, a despeito das ilações da requerida, no sentido de que a verba alimentar a si referida "nunca foi estipulada como civil (natural)", revestindo-se de caráter "compensatório" (fl. 415), não

houve insurgência de sua parte, nesse sentido, quando da apresentação de contestação.

No momento oportuno, em sua resposta (contestação de fls. 54-66), a demandada não levantou a hipótese de eventual natureza diversa dos alimentos, apenas aduziu ter sido a obrigação acordada de forma "vitalícia", o que, de igual forma, não restou expresso no acordo, conforme já explicitado.

Pode-se concluir que a demanda foi ajuizada, pelo alimentante, levando em consideração o aspecto de solidariedade da verba alimentar, baseando-se a premissa no consagrado binômio necessidade/possibilidade.

De mais a mais, importa salientar que eventual reserva mental da parte no tocante à aceitação do acordo com a fixação de alimentos em caráter compensatório (e vitalício), por não ter sido manifestada de forma expressa, não obriga a outra parte, vez que o intento não era de seu conhecimento no momento da transação.

Nesse sentido, expresso é o Código Civil:

Art. 110. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

Tratando acerca do assunto, a doutrina esclarece:

A manifestação da vontade é imprescindível para a formação do negócio jurídico, entretanto vontade e declaração nem sempre coincidem. A segurança das relações jurídicas, porém, reclama que se empreste eficácia ao que foi declarado e não ao que, eventualmente, for desejado, mas não declarado. Por esse motivo, o que foi objeto da reserva mental, em regra, não é levado em conta. (in Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. Cezar Peluso. Barueri, São Paulo: Manole, 2015. p. 84/85).

Note-se, assim, ser inviável conceder efetividade ao que foi idealizado pela requerida (alimentos compensatórios) em detrimento daquilo com que concordou no momento do acordo (alimentos baseados no dever de solidariedade).

Da mesma forma, constata-se ter o Magistrado *a quo* adotado rumo diverso ao posicionar-se pela caracterização da natureza da obrigação como verba compensatória (fls. 360/366), fundamentando a sentença no sentido de que "os elementos de prova amealhados ao processo após a fase postulatória demonstram que os alimentos em questão caracterizam-se como compensatórios".

Ocorre que, da análise detida dos autos, referido posicionamento alterou a causa de pedir do processo, cuja base referiu-se, exclusivamente, aos alimentos amparados no dever de solidariedade. Extraí-se da inicial (fls. 4/8):

2.3 Da impossibilidade do Alimentante - Prioridade dos Filhos:
[...] São estas as razões que dão conta que a resposta adequada ao caso concreto é exonerar o ex-marido das obrigações alimentares em relação a sua ex-cônjuge, porque - além de tudo - não pode continuar amordaçado *ad infinitum* já

que ambos devem seguir em frente - já que o afeto como condição de possibilidade de solidariedade familiar, está bem longe do caso concreto. O autor pretende seguir em frente, mas desta forma não é possível.

[...] Ante o exposto, requer-se:

[...] e) Ao final, seja a demanda julgada procedente com a confirmação da liminar e reste, o autor, com o decreto de exoneração da obrigação alimentar que tem em face da ré.

Induvidoso, portanto, tratar-se o presente caso de pedido exoneratório de alimentos cujo fundamento baseia-se no dever de assistência e solidariedade entre os companheiros, não sendo cabível interpretar-se a cláusula de alimentos de forma diversa, ante a falta de previsão expressa no acordo.

A esse respeito, colhe-se de caso semelhante, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, o seguinte:

Mas com a devida *vênia*, não temos neste processo elementos suficientes para concluir tenha ocorrido desequilíbrio na partilha, favorável ao apelante, a ponto de se "interpretar" que os alimentos fixados no acordo tinham natureza "compensatória" da partilha. Primeiro, o acordo, ao estipular a cláusula de alimentos, não fala nada acerca de eventual caráter indenizatório ou compensatório dos alimentos.

Segundo - e mais importante - não se verifica que o apelante tenha logrado sensível vantagem na divisão do patrimônio a justificar interpretação de que os alimentos teriam caráter compensatório. Ao contrário. Os autos demonstram que a apelada foi beneficiada no acordo - pelo menos - em proporção semelhante ao autor/apelante.

[...]

Portanto, renovada *vênia* ao digno juízo originário, não se verifica flagrante desproporção no acordo de partilha que permita interpretar a cláusula de alimentos, como de natureza compensatória, na falta de previsão expressa, no próprio acordo, de que os alimentos seriam compensatórios." (AREsp n. 1.306.610/RS, rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. em 21/09/2018).

Diante desse cenário, comprovado o fato de a requerida, ora apelada, ter constituído novo núcleo familiar, tendo capacidade para o trabalho, e transcorridos praticamente 6 (seis) anos desde a data da dissolução da união, imperioso reconhecer haver cessado a causa para manutenção da obrigação alimentar. Revelam-se, dessarte, suficientes os elementos probatórios acerca da viabilidade do direito invocado pelo requerente/alimentante.

Desse modo, deve ser reformada a Sentença para julgar procedente o pedido de exoneração do encargo alimentar devido pelo autor em relação à requerida.

(...).

Ao que se depreende da leitura dos fundamentos acima transcritos, a

solução das questões controvertidas pelo órgão julgador, no caso, decorreu da análise e valoração das circunstâncias fático-probatórias da causa, cujo reexame é vedado nesta via excepcional, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

Nesse contexto, relativamente às alegações de negativa de prestação jurisdicional e de violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Aliás, esta Corte já se manifestou no sentido de que "não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação" (EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.213.226/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, Corte Especial, DJe de 22/11/2016).

Por oportuno, cabe o registro de que, especificamente em relação à tese de que os alimentos foram pactuados como compensatórios, o que impediria a sua exoneração com base nos requisitos aplicados exclusivamente aos alimentos civis, houve o ajuizamento de ação específica pela ora recorrente, veiculando a discussão.

Ocorre que, no julgamento conexo à presente ação exoneratória, o referido processo, objetivando anular o acordo entabulado entre as partes, foi extinto com julgamento do mérito, ante o reconhecimento da decadência do direito da autora, em virtude do seu ajuizamento após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos de sua celebração (CC, art. 178, II, do CC).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator